

Arqueologia Urbana e História Local

Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho

Joaquina Soares (Coord.)

AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

FIDS - Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

FÓRUM INTERMUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

FIDS

ALCÁÇER DO SAL

Museu Municipal de Alcácer do Sal
Câmara Municipal de Alcácer
do Sal

SANTIAGO DO CACÉM

Museu Municipal de Santiago
do Cacém / Câmara Municipal de
Santiago do Cacém

ALCOCHETE

Museu Municipal de Alcochete
Câmara Municipal de Alcochete

AMRS/MAEDS

Associação de Municípios da Região
de Setúbal / Museu de Arqueologia e
Etnografia do Distrito de Setúbal

SEIXAL

Município do Seixal
Ecomuseu Municipal

ALMADA

Museu Municipal de Almada
Câmara Municipal de Almada

MOITA

Departamento de Acção
Sociocultural
Câmara Municipal da Moita

SESIMBRA

Museu Municipal de Sesimbra
Câmara Municipal de Sesimbra

BARREIRO

Serviços Culturais
Câmara Municipal do Barreiro

MONTIJO

Museu Municipal do Montijo
Câmara Municipal do Montijo

SETÚBAL

Museu Municipal de Setúbal
Câmara Municipal de Setúbal

GRÂNDOLA

Serviços Culturais
Câmara Municipal de Grândola

PALMELA

Museu Municipal de Palmela
Câmara Municipal de Palmela

SINES

Museu Municipal de Sines
Câmara Municipal de Sines

NOTA DE ABERTURA

Com a presente publicação, comemorativa do II centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), abre-se mais uma larga janela sobre a Arqueologia e História da nossa Região.

Almeida Carvalho deixou um extenso legado de Apontamentos sobre a História de Setúbal, hoje no Arquivo Distrital de Setúbal, cujos documentos originais viriam a perder-se no incêndio dos Paços de Concelho, de 1910. A sua preocupação com o registo da memória colectiva da cidade onde nasceu levá-lo-ia também a atravessar o Sado e a procurar sob as dunas de Tróia um Passado mais longínquo, a cidade de filiação romana.

Ser-me-ia impossível nesta breve nota dar uma ideia, mesmo que resumida, da vida e obra do homenageado, que Setúbal e a Região puderam revisitar através de variada e extensa programação cultural planeada e concretizada desde 11 de Março de 2017 a 9 de Março de 2018 e na qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou um papel relevante através do seu museu.

Congratulamo-nos, pois, pela activa participação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em parceria com um variado conjunto de organismos públicos como a Câmara Municipal de Setúbal, a União de Freguesias de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Sebastião, Arquivo Distrital de Setúbal, e associações culturais como a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e a Universidade Sénior de Setúbal.

Actualizar a informação, produzir conhecimento e divulgá-lo é sem dúvida a forma mais nobre de cuidarmos do nosso património, mas também uma via indispensável para a construção do desenvolvimento integrado da nossa Região.

Rui Garcia

(Presidente do Conselho Directivo da Associação
de Municípios da Região de Setúbal)

FICHA TÉCNICA

Edição

Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)
Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)

Direcção

Rui Garcia (Presidente do Conselho Directivo da AMRS)

Coordenação Editorial

Joaquina Soares

Conselho Científico

António Nabais
Carlos Marques da Silva
Carlos Tavares da Silva
João Luís Cardoso
Mário Varela Gomes
Victor S. Gonçalves
Vitor Serrão

Conselho Redatorial

Antónia Coelho-Soares
Elsa Afonso
Fátima Afonso
Fernanda Pinho
Fernanda do Vale
João Ventura
Luís Pequito
Lurdes Lopes
Maria Ana Judas
Marisol Ferreira
Michelle Santos
Miguel Correia
Sandra Coelho
Susana Duarte
Vitor Mestre

Secretariado e correspondência

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
Avenida Luisa Todi, 162 2900-451 Setúbal (Portugal)
Tel.: +351 265 239 265 / +351 939 553 004
E-mail: maeds@amrs.pt
Site: www.maeds.amrs.pt
Blog: www.maedseventosactividades.blogspot.com
Copyright - Direitos reservados pelos autores e MAEDS.
Interdita a reprodução de imagens.

Capa

“Natureza Morta” (garrafaria do séc. XVIII). Foto de Rosa Nunes.

Execução gráfica

Ana Castela
Paula Covas

Impressão e acabamento

Tipografia Belgráfica

Depósito Legal

450333/18

ISSN

1645-0553

Tiragem

300 exemplares
Disponível online em: <http://maeds.amrs.pt/musa.html>

Setúbal, 2018

EDITORIAL

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. AINDA O LEITO COMUM?

O presente volume de *Musa: Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* afasta-se formalmente, mas não na temática, do modelo até agora seguido. Nele se publicam as Actas do Encontro sobre *Arqueologia Urbana e História Local* de Homenagem ao Historiador e Arqueólogo João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897).

As actas celebram a memória de uma personalidade relevante, e renovam a aliança entre Arqueologia e História, assumindo, porém, o corte epistemológico com a tradicional subalternidade da primeira disciplina em relação à segunda. Ambos os domínios convivem agora em fraterna paridade.

Como é do conhecimento geral, a Arqueologia científica radicou as suas origens na Geologia, em Portugal no seio da Comissão Geológica, fundada em 1857 e muito particularmente nos trabalhos de Carlos Ribeiro, a quem se devem, na nossa região, a primeira carta geológica e as primeiras escavações na necrópole pré-histórica de hipogeus da Quinta do Anjo.

Carlos Ribeiro assumiu claramente estatura internacional ao liderar a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas em 1880.

Porém, sobretudo entre 1930 e o final da década de 1960, a Arqueologia viria a subordinar-se à História. Após a revolução democrática de 25 de Abril/74 e a institucionalização da Arqueologia como domínio autónomo, com licenciatura própria, este campo disciplinar criou alianças estratégicas com as chamadas arqueociências (ciências da natureza, física, química, genética)¹.

Superada a etapa de estagnação historicista, a Arqueologia soube, sem complexos de menoridade, ombrear “fraternalmente” com a História no estudo das sociedades humanas e suas temporalidades. Ultrapassou mesmo a sua

dedicação aos períodos de sua “exclusiva” responsabilidade ou quase (Pré-história, Proto-história e Antiguidade Clássica), para se debruçar sobre as sociedades medievais, modernas e contemporâneas. E perante algum questionamento sobre o interesse da Arqueologia da contemporaneidade, há autores que defendem uma Arqueologia contemporânea de compromisso ético: *Archaeology has a new ethical commitment: to recover evidence of the existence of the victims not just for therapeutic and juridical reasons, but for historical reasons as well. We cannot return them to life, but we can reintegrate them to the time of history from which they were expelled*” (González-Ruibal, 2016, p. 19)²

Recorrendo ao conceito-chave, específico da Arqueologia, de *tempo dos materiais* e à ideia de *heterocronologia*³, indispensável à compreensão da sobremodernidade que habitamos, vão perdendo sentido as fronteiras impostas pelas rígidas comportas que pretendem separar a Arqueologia pré-histórica da histórica ou da contemporânea; o acento tónico coloca-se no pensamento e acção arqueologicamente informados, porque na realidade trabalhamos dentro de um tempo múltiplo, desafiando ou desconstruindo realidades sociais que nos antecederam, complexas e também elas multitemporais.

Semelhante reflexão tem ocorrido na História⁴; o alargamento das suas fontes e temáticas, através de caminhos tradicionalmente pouco pisados, como a imprensa periódica ou os relatos orais de experiências vividas, ficam bem expressos neste volume.

Finalmente, na sua diversidade, a presente publicação homenageia justamente um dos mais ecléticos criadores intelectuais setubalenses de oitocentos, João Carlos d'Almeida Carvalho, cujas obra e actividade cívica continuam, volvidos quase duzentos anos, a inspirar as concepções humanistas dos nossos dias.

Joaquina Soares

(Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal)

1 - Ver a propósito: Martín-Torres, M.; Killick, D. (2015) - Archaeological Theories and Archaeological Sciences. In A. Gardner; M. Lake; U. Sommer (eds.), *The Oxford Handbook of Archaeological Theory*.

2 - González-Ruibal, A. (2016) - Archaeology and the Time of Modernity. *Historical Archaeology* 50(3), p. 144-164.

3 - Leduc, J. (1999) - *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil.

4 - Le Goff, J. (2014) - *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?* Paris: Seuil.

ÍNDICE

Nota de Abertura	03
Rui Garcia	
Editorial	05
Joaquina Soares	
No II Centenário do Nascimento de João Carlos D’Almeida Carvalho (1817-1897)	08
Horácio Pena	
Arqueologia Urbana e História Local	16
Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34	17
Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte	
Cerâmicas de paredes finas de <i>Salacia Urbs Imperatoria</i>. Recolhas de prospeção arqueológica	39
Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila, Marisol Ferreira	
Fortificação Medieval de Setúbal. Identificação do núcleo defensivo da Ribeira ou “Castelo”	51
Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte, Carlos Mouro	
Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi, 170-178, Setúbal	79
Joaquina Soares, Susana Duarte, Carlos Tavares da Silva	
Silos de Francos e Portugueses em Vila Verde dos Francos – Alenquer	101
Guilherme Cardoso, Luísa Batalha	

O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela)	115	Atentado a Almeida Carvalho. (31 de agosto de 1855)	199
João Nunes, Eduardo Porfírio, Michelle Teixeira Santos		Albérico Afonso, Carlos Mouro	
O “Tombo da Câmara de Palmela” (séculos XIV-XIX). Da arqueologia dos documentos à arqueologia a partir dos documentos - um contributo de João Carlos de Almeida Carvalho	129	Fran Paxeco em Sesimbra	213
João Costa		João Augusto Aldeia	
Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna	141	A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias	219
Maria João Pereira Coutinho		Diogo Ferreira	
A Roda dos Enjeitados	151	Notas sobre a indústria de curtumes setubalense	233
Rogério Palma Rodrigues		Carlos Mouro	
Referências literárias em acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, de João Carlos de Almeida Carvalho	163	Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais	245
Fátima Ribeiro de Medeiros		Pedro Fernandes	
Estado liberal e poder municipal: Almeida Carvalho e a reforma político-administrativa de 1855	179	A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local. Uma Proposta para a sua Preservação	253
Ernesto Castro Leal		Pedro Fernandes	
O feriado municipal e a memória colectiva setubalense	187	Centenários Bocagianos, momentos de homenagem a um poeta singular (sécs. XIX-XX)	261
Carlos Mouro, Horácio Pena		António Chitas	
		“Hoje ninguém trabalha!” – Resistência operária no concelho do Seixal em 1943	271
		Fátima Afonso, Fernanda Ferreira	

A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias

The fish canning industry in Setúbal during the Great War (1914-1918): external needs and transient illusions

Diogo Ferreira*

RESUMO

No presente trabalho, dedicado a analisar o pico do primeiro ciclo conserveiro setubalense (1880-1920) no quadro da I Guerra Mundial, pretende-se estudar o impacto das profundas necessidades de consumo de conservas de peixe das potências aliadas, nomeadamente de França e da Inglaterra. Os anos da Grande Guerra, em particular 1917 e 1918, geraram um autêntico *boom* no sector, contagiando áreas anexas como a pesca. Neste conflito as conservas enlatadas obtiveram uma enorme importância por fornecerem autonomia alimentar aos soldados nas trincheiras. Não surpreende, assim, que em Setúbal o número de unidades fabris tenha passado de 40 (1914) para 130 (1920), demonstrando os efeitos na economia local. Este texto procurará reavaliar o peso setubalense no sector, em termos de produção e exportação, a nível nacional e ibérico, demonstrando-se como o porto de Lisboa foi meramente a «porta» de saída dos milhares de toneladas de conservas setubalenses. Alguns dos argumentos apresentados estarão relacionados com o aumento da taxa *ad valorem*, com as dificuldades infraestruturais do porto local, com a pouca utilização dos Armazéns Gerais Industriais ou com a própria decadência do sector conserveiro espanhol durante o conflito. Este *boom* conserveiro revelou-se, ainda assim, transitório e ilusório. Transitório porque se circunscreveu ao período anormal da Grande Guerra e ilusório pela proliferação de unidades fabris num clima de ‘euforia empresarial’ que acabou por prejudicar a imagem da conserva sadina e por estar totalmente dependente do estrangeiro. Mais de metade das fábricas abertas durante o conflito foram falindo depois do armistício, passando a rondar as 50-60 fábricas no final dos anos 20.

Palavras-chave: Setúbal; Grande Guerra; indústria conserveira; porto de Setúbal; Potências Aliadas.

ABSTRACT

The objective of the present work, dedicated to analyse the peak of the first cycle of the canning industry of Setúbal (1880-1920), in the context of World War I, is to study the impact of the deep consumption needs of canned fish from the Allied powers, namely France and England. The years of the Great War, particularly 1917 and 1918, generated a boom in the sector, contaminating adjacent activities such as fishing. In result, canned fish became extremely important by providing the soldiers with food in the trenches. It is not surprising, then, that in Setúbal the number of manufacturing units went from 40 (1914) to 130 (1920), showcasing the effects on the local economy. This work will seek to re-evaluate the sector’s weight in terms of its production and its exports, nationally and iberically. This will reveal how the port of Lisbon was merely the “gate” to the exit of Setúbal’s canned fish. Some of the arguments put forward will be related to the increase of the *ad valorem* tax, the infrastructural difficulties of the local port; the little use of the Armazéns Gerais Industriais, or with the decline of the Spanish canning sector during the Great War. The boom on this sector was nevertheless transitory and illusory. Transitional because of its confinement to the abnormal period of the Great War; illusory because of the proliferation of factory units in a climate of “business euphoria”, culminating in the undermining of the image of the canned fish of Setúbal and by being totally dependent on foreigner consumption. More than half of the factories opened during the conflict, collapsed after the armistice. Only around 50-60 factories were operational in the late 1920s.

Keywords: Setúbal; Great War; canning industry; port of Setubal; Allied Powers.

* - Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia com o projeto intitulado “Setúbal entre Guerras (1919-1945): Um itinerário de história local” (SFRH/BD/131519/2017), com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e da Ciência. Investigador no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC-NOVA FCSH). diogofilipesantosferreira@gmail.com

A SETÚBAL DA GRANDE GUERRA (1914-1918)

Desde o início da I República que Setúbal, do ponto de vista demográfico e industrial, se caracterizou por ser o terceiro mais importante concelho do país, depois de Lisboa e do Porto, totalizando 47.783 habitantes [Censo de 1911]. Esta relevância no contexto nacional foi impulsionada a partir da década de 1880 onde diversos industriais conserveiros da costa da Bretanha, perante o esgotamento do *stock* de sardinhas, realocalizaram muitas das suas fábricas na cidade à beira Sado. A oferta de emprego permitiu um *boom* migratório de diferentes regiões e o consequente aumento demográfico (Valente, 1981, p. 619). Ao mesmo tempo, a política do «materialismo progressista» da Regeneração deixou uma importante herança material, que é demonstrativa do crescimento da urbe na época, possibilitando que passasse “*de uma comunidade mercantil e piscatória para um espaço fabril em ascensão*” (Costa, 2011, p. 96).

O surgimento de várias dezenas de fábricas de conservas de peixe potenciou a construção de um numeroso grupo operário que criou uma forte rede de solidariedade, onde pontificavam ideários de cariz anarco-sindicalista e socialista, reivindicando melhores condições laborais através de vários fenómenos de agitação social. A denominada «Barcelona Portuguesa», face à politização operária, foi muito bem conduzida pela elite republicana que conseguiu criar um relevante bloco social de apoio e um verdadeiro bastião antimonárquico até ao 5 de Outubro.

No entanto, a legislação do *lock-out*, o não cumprimento de várias promessas ao operariado, nomeadamente o sufrágio universal, ou a pressa do Partido Republicano Português (P.R.P.) em hegemonizar o poder, colocando elementos da sua esfera política em todos os cargos administrativos e afastando dirigentes e operários sindicalistas, a fim de manter as mesmas lógicas de caciquismo locais, veio enfraquecer esta aliança nos primeiros dias da República. O divórcio entre o mundo operário e os republicanos consumou-se numa greve, em Março de 1911, em que os guardas da futura Guarda Nacional Republicana dispararam

mortalmente sobre a operária Mariana Torres e sobre o operário António Mendes (Arranja, 2011, p. 2):

“*A República, ao disparar sobre os grevistas da avenida Todi, matava o mito da República social emancipadora*” (Medina, 1981, p. 16).

Pouco depois, o panorama político, económico e social setubalense durante a Grande Guerra ficou marcado, tal como o resto do país, pelos profundos efeitos nefastos que teve na vida quotidiana da comunidade. Num contexto mais amplo, as dificuldades estruturais da economia portuguesa, tanto no sector primário, como no industrial, foram exacerbadas durante o conflito e a implementação de uma «economia de guerra» revelou a inabilidade do intervencionismo estatal em resolver a principal questão que afectou a sociedade portuguesa: a crise de «subsistências». Segundo Maria Alice Samara esta crise consistiu:

“*na associação da escassez de géneros com a carestia, agravadas por algumas deficiências do sistema de organização central no que toca a fixação e uniformização de preços, bem como no referente ao binómio distribuição/transportes*” (Samara, 1998, p. 93).

A impossibilidade de abastecer as cidades provocou uma intensa crispação social e um forte recrudesimento no movimento operário, sendo a fome e o aumento extraordinário do custo de vida os motivos para tantos assaltos colectivos, greves e sentimentos anti-guerra de várias famílias que perdiam maridos, pais e filhos nos campos de batalha.

Localmente a crise de abastecimentos e a questão das subsistências foram, também, as principais causas que provocaram a erupção, nas palavras do administrador do concelho da União Sagrada, do “*vulcão de movimentos operários*” (Arquivo Nacional Torre do Tombo - ANTT, Ministério do Interior, Direção-Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição, 1ª Secção, Cx. 46, Mç. 76, Ofício-Relatório do Administrador do Concelho José Bernardo Ferreira de 20.08.1917, p. 1-2.) que era Setúbal. A deterioração das condições materiais e de vida da comunidade foi incitada pela inconsequente centralização dos métodos de

distribuição dos géneros de primeira necessidade, pelo açambarcamento e especulação ilícita e pela escalada dos preços, que nunca foram acompanhados por suficientes aumentos salariais:

“A fome neste concelho afigura-se que virá a ser terrível e as consequências, devido ao meio revolucionário aqui latente, das mais desastrosas” (ANTT, Governo Civil de Lisboa, Gestão da Informação e Documentação, Correspondência recebida – 1917, Mç. Relatórios, Relatório da administração do concelho de Setúbal, 24.09.1917, p. 7).

Vários são os ofícios da edilidade, governada maioritariamente pelo P.R.P., com queixas de falta de farinha ou trigo, gerando diversos episódios de fome numa cidade altamente dependente do exterior. Neste sentido, principalmente nos anos de 1917 e 1918, esse novo impulso também se fez sentir no movimento operário setubalense, nomeadamente através de várias greves, assaltos colectivos e manifestações anti-intervencionistas que resultaram num aumento extraordinário no número de réus condenados (1913 – 48 / 1919 – 509). Desta forma, “*não se exagerará ao dizer que a Setúbal da guerra é também a Setúbal em Guerra*” (Costa, 2012, p. 67).

Por seu turno, os efeitos do conflito na indústria conserveira e no sector piscatório setubalenses foram relativamente positivos. As profundas necessidades externas, proporcionadas pelo facto de as conservas serem um dos principais meios de alimentação das tropas em combate, estimulou um crescimento exponencial da indústria, oferecendo trabalho a milhares de pessoas, ainda que em condições laborais deploráveis, e aumentando o número de estabelecimentos fabris de pouco mais de 40 estabelecimentos (1914) para 130 (1920).

A INDÚSTRIA DE CONSERVAS DE PEIXE EM SETÚBAL DURANTE A GRANDE GUERRA (1914-1918): NECESSIDADES EXTERNAS E ILUSÕES TRANSITÓRIAS

Desde os seus primórdios na segunda metade do século XIX que a indústria de conservas de peixe se

caracterizou como um sector virado para a exportação, possuindo pouco relevo no mercado interno. As necessidades externas das nações aliadas proporcionadas pelo deflagrar da Grande Guerra levaram a uma “*expansão em flecha*” (Cabral, 1988, p. 214) no sector. O carácter mono-industrial de Setúbal foi altamente potenciado durante a beligerância, tal como comprovam os dados do Ministério das Finanças no *Boletim do Trabalho Industrial*, onde num universo de 109 estabelecimentos industriais, 69 eram fábricas de conservas de peixe e dos 5 595 operários residentes na cidade, 4 832 eram operários conserveiros.

O investimento de capital francês foi fundamental para o desenvolvimento do sector em Setúbal e, já em 1898, a Associação dos Lojistas e Industriais da cidade destacava a necessidade do governo estabelecer acordos comerciais com países como Itália, uma vez que esta indústria era a mais importante da região e dela milhares de famílias estavam dependentes. (Associação dos Lojistas e Industriais de Setúbal, 1898, p. 12) Ana Alcântara demonstra essa presença francesa na urbe, delimitando as datas de abertura das fábricas setubalenses, entre 1854 e 1914, com nomes como Lorient F. Delory (1880), Firmin Julien (1886), Chancerelle (1887), Arsène Saupiquet (1891), Callé (1904) ou A. Rouillet (1906). (Alcântara, 2008, p. 16-19) Importa salientar, ainda assim, que de forma menos acentuada, Setúbal sentiu o investimento espanhol, britânico e germânico nesta indústria na mesma época. (Mata, 2011, p. 49) A mesma investigadora descreve-nos como a introdução do sector em Setúbal, entre 1854 e 1880, se caracterizou pela edificação de unidades fabris com apenas um ou dois proprietários, ao contrário do período seguinte. Este foi denominado «primeiro ciclo conserveiro» (1880-1920), no qual as sociedades eram constituídas por vários indivíduos (Alcântara, 2004, p. 25). Será durante esta época que se observará o início do processo de mecanização, com a introdução do vapor e com novos métodos de produção ao nível das embalagens, na esterilização da conserva e na cozedura do peixe.

O primeiro ciclo conserveiro setubalense atingiu o seu pico com o deflagrar da Grande Guerra, tendo tido, conforme se referiu, uma enorme ênfase nos anos de 1917 e 1918, “A guerra esteve na base da grande expansão desta indústria, que passou de terceiro para segundo lugar no valor total das exportações portuguesas, superando as cortiças (...) Os anos de 1915-1919 [são] caracterizados por um autêntico boom conserveiro” (Rollo, 1991, p. 136).

O Algarve, dividido em vários «ilhéus» industriais como Portimão ou Olhão, era o principal concorrente interno na indústria de conservas de peixe e é, nesse sentido, que Joaquim Manuel Rodrigues corrobora esta lógica, asseverando que o período de 1914-1924 representou a década de ouro do sector pelo seu *take-off* e valorização internacional. (Rodrigues, 1997, p. 136-137). A unanimidade de visões nas fontes e bibliografia recolhidas acerca do impacto da Primeira Guerra Mundial na indústria conserveira é exemplificada através de António Pinto Barbosa “A guerra de 14 dá (...) um grande incremento à nossa indústria, não só pelo aumento de consumo, mas ainda pela promulgação de medidas restritivas da exportação de conservas em alguns países produtores” (Barbosa, 1941, p. 20) ou do contemporâneo José Pereira de Campos que descreveu o progressivo aumento do número de instalações conserveiras e afirmou o quanto “a guerra tem sido benéfica ao desenvolvimento da indústria de conservas” (Pereira, 1919, p. 43).

Os argumentos que explicam o extraordinário aumento do número de unidades fabris e dos níveis de produção e de exportação portuguesas baseiam-se na grande necessidade de consumo das tropas em combate nas trincheiras das nações aliadas e na progressiva desvalorização do escudo, entre 1914 e 1924. Nesse sentido, o tenente médico-veterinário Álvaro Joaquim Ferreira demonstrou, em 1949, como as conservas enlatadas permitiam que cada soldado possuísse rações de prolongada preservação, cuja reduzida dimensão e peso lhes possibilitava obter autonomia alimentar e rapidez no consumo:

“encontram as tropas, nas conservas enlatadas, um precioso e insubstituível componente das suas rações normais (...) Individualmente, o seu emprego é vantajoso e não tem paralelo, porque permite distribuir a cada soldado uma série de rações de prolongado período de conservação” (Ferreira, 1949, p. 11-19).

Os conflitos armados foram os principais motivos de progresso e desenvolvimento desta indústria. Neste contexto a nação nipónica, atravessando um período de guerra com a China (1894) e com a Rússia (1905), potenciou um grande crescimento ao sector. (Parreira, 1938, p. 38).

“Como se sabe, desde o século XIX, a maneira mais prática e eficaz de alimentar os exércitos beligerantes era o recurso às conservas (...) pelo seu valor alimentício.” (Costa e Mouro, 1990, p. 34).

Seria, não obstante, a Grande Guerra que traria o ponto de viragem no mundo conserveiro de todo o tipo de alimentos, visto que a alta hierarquia militar reconheceu a relevância da indústria na produção de rações baratas para as tropas.

O prolongamento da beligerância gerou uma autêntica loucura na abertura de fábricas em Setúbal, passando de 42 em 1912 para mais de 120 em 1920, tendo também sido particularmente intenso na construção de novos edifícios (Soares, 1989). Um pedido de carvão da Câmara Municipal de Setúbal (C.M.S.) ao Ministro do Trabalho revela como localmente a produção do sector “quase na sua totalidade se destina aos exércitos aliados” (Arquivo Distrital de Setúbal - ADSTB, Fundo da C. M. Setúbal, Copiadores Gerais da Correspondência Expedida, Cx. 96, Lv.13, Ofício de 06.07.1917, p. 191) Numa lógica paralela, o sector conserveiro algarvio teve os mesmos sintomas, “o fornecimento de peixe em conserva, tanto em molhos como em salmoura, quer às tropas portuguesas envolvidas em operações de guerra em África e na Flandres (...) quer aos exércitos dos outros países aliados contra a Alemanha, fez aumentar muito o número de fábricas” (Rodrigues, 1997, p. 166-167).

O boom na indústria conserveira setubalense, nomeadamente ao nível do número de estabelecimentos

industriais, deve ser encarado, não obstante, com cautela. Para Carlos Vieira da Faria foram três os principais factores que caracterizaram a evolução desta indústria até aos primórdios da década de 1920: a) crescimento desmesurado perante o aventureirismo e a concorrência generalizada; b) utilização de processos arcaicos e artesanais; c) “*pulverização de unidades industriais de reduzida dimensão, ocupando grandes contingentes de mão-de-obra em deficientes condições de trabalho*” (Faria, 1990, p. 60). Estes argumentos são bastantes elucidativos relativamente a estes estabelecimentos industriais e Maria da Conceição Quintas transmite, com clareza, esta realidade:

“*As fábricas nasciam de forma absolutamente anárquica. Até nos barcos se fazia conserva de peixe, sem um mínimo de condições*” (Quintas, 1998, p. 71).

Os grandes estabelecimentos conserveiros eram em bastante menor número do que estas pequenas unidades fabris que foram surgindo entre 1914 e 1920, justificando a razão para que poucas tenham conseguido sobreviver depois do conflito. Mesmo fábricas de renome não conseguiram manter-se em funcionamento no início da decadência do ciclo conserveiro, sendo casos particulares a Fragoso (1890-1920), a *Glória* (1893-1920) ou a *União e Constância* (1894-1920), que pertencia ao grande industrial Ferreira Mariz, e *Monteiros & C^a* (1906-1922). (Alcântara, 2008, p. 16-21)

Nesta lógica é possível seguir a visão de Guilherme Faria que, apesar de estar imbuído pelo espírito corporativista e anti-concorrencial do Estado Novo, é objectiva quanto a esta ideia que pretendemos transmitir:

“*Não pode haver dúvidas sobre o facto de que o grande número de fábricas que entre nós se estabeleceram (...) foi apenas o resultado da euforia, desorganização e espírito de aventura próprios destas épocas anormais*” (Faria, 1950, p. 25).

A profunda dependência do trabalho manual de uma indústria pouco mecanizada permitia a abertura de várias unidades fabris pelos reduzidos custos de investimento inicial. Por este motivo encontram-se vários soldados em sociedades a abrirem pequenos

estabelecimentos e a criarem alguns postos de trabalho, uma vez que eram os únicos operários com capacidade de acumulação de capital, “*Although canning fish was a very risky sector from an entrepreneurial point of view, it was also an important economic sector in providing jobs because of its labour-intensive technologies*” (Mata, 2009, p. 56). Para Paulo Guimarães, os elevados valores de construções de armazéns (50), fábricas edificadas de raiz (31) ou remodeladas (40), ocorridos entre 1914-1918, não pressupõe obrigatoriamente grandes edifícios, tendo surgido várias em habitações (Guimarães, 1994, p. 532). Partindo do princípio prosaico do Dr. António de Oliveira Salazar, “*é a pesca que determina a localização das fábricas*” (Salazar, 1953, p. 13) compreendemos que estas construções se concentraram junto ao mar pela redução nos custos com o transporte da mercadoria e pela manutenção do peixe fresco num maior número de horas.

O pico deste primeiro ciclo conserveiro local revelou-se, deste modo, ilusório e transitório. Transitório porque se circunscreveu ao período anormal da Grande Guerra e ilusório pela proliferação explosiva de unidades fabris, que, apesar de triplicarem o seu valor numa década, rapidamente regressaram a números mais equilibrados ao longo dos anos 20. Em 1931 já só restavam 61. (Perestrello, 1931, p. 34) Numa frase se resume o que representou a guerra no sector das conservas de peixe: “*Gozaram estas indústrias um pouco de prosperidade artificial durante a guerra e após a guerra*” (Rodrigues, 1997, p. 173). A loucura proporcionada pelas constantes necessidades externas dos aliados e a contínua elevação dos preços dos bens de consumo geraram um verdadeiro enriquecimento dos grandes exportadores locais, possibilitando a ascensão de uma classe pequena-média burguesa e o surgimento de riquezas ilícitas, muitas vezes provocadas por enganar aos clientes. Os pedidos constantes de conservas, segundo o *Boletim do Trabalho Industrial n.º 133*, levaram à quebra dos princípios de higiene devido ao propósito de vender muito e depressa, sem preocupação com a possível descredibilização do produto num momento de retorno à paz.

As conservas de sardinha portuguesas perderam grande parte do mérito obtido no período pré-bélico relativamente à sua qualidade e excelência fruto do egoísmo dos produtores, uma vez que se “começou a encher as latas com qualquer espécie de peixe e assim tivemos ocasião de ver, como conservas de sardinhas portuguesas, o carapau, a cavala, toutiços, cabeças, etc.” (Rodrigues, 1997, p. 169) O jornal *O Elmano* relata com clareza o procedimento dos conserveiros:

“tal peixe contribui para o descrédito que as conservas de peixe desta cidade já têm nos mercados estrangeiros (...) o que não evita alguns industriais menos escrupulosos o aproveitem, olhando apenas às conveniências de ocasião.” (*O Elmano*, 25.08.1915, p. 1)

UM DOS CENTROS CONSERVEIROS DA EUROPA DURANTE A GRANDE GUERRA?

Em termos nacionais a indústria de conservas de peixe, observando os valores da *Estatística Comercial – Comércio e Navegação*, foi alvo de uma explosão nos seus valores de exportação, que praticamente dobraram durante os anos da beligerância (1914 – 18 488 toneladas / 1918 – 35 880 toneladas), e cujos destinos principais foram Inglaterra, França e Itália [Ver tabela nº 1]. Apesar do pequeno retrocesso em 1914, como resultado do início do conflito em Agosto, o prolongar da beligerância rapidamente exigiu a necessidade de aumentar a produção destinada às potências aliadas. Prova disso mesmo foram as dificuldades sentidas, nos primeiros meses da guerra, pelos industriais conserveiros locais em virtude da interrupção do comércio com o Império Alemão:

“Continua sendo má a situação económica em Setúbal. Tendo fechado todas as fábricas francesas e reduzido muito o trabalho às portuguesas.” (*O Trabalho*, 06.09.1914, p. 1)

Como reflexo dos possíveis obstáculos que o conflito perspectivava, a Associação Comercial e Industrial da cidade estabeleceu algumas medidas especiais para Setúbal:

“1.º - Auxílio do Governo para facilitar a importação de Inglaterra de matérias-primas para indústria de

conservas, estanho, chumbo e folha-de-flandres; 2.º - O Governo entabulará negociações com o Almirantado Inglês para fornecimento de conservas de peixe para as esquadras inglesas; 3.º - Autorizar a livre exportação de peixe em conserva e salga por via marítima e terrestre (que praticamente ainda se não consegue)” (*Folha de Setúbal*, 30.08.1914, p. 3)

Em Espanha, onde o investimento francês foi também fundamental para o crescimento do sector, estas dificuldades foram mais duras.

“From 1880 to the First World War, the number of establishments increased and Spain and Portugal, [becoming] important fish-canning exporters in the international market” (Abeledo, 2006, p. 3).

A Grande Guerra teve um efeito de refluxo na indústria conserveira espanhola já que se observou uma clara redução nos valores da exportação, “*These high export figures (...) fall notably during the First World War*” (Abreu, 2013, p. 12), diametralmente oposto ao que sucedeu em Portugal. O envio adiantado das caixas de conservas e o não pagamento pelos clientes causaram fortes dificuldades às empresas espanholas. À medida que a guerra foi avançando, as condições da indústria conserveira espanhola foram piorando pela constante perda de emprego e créditos, resultando no encerramento de vários estabelecimentos.

O caso francês, por outro lado, vem realçar ainda mais o papel algarvio e setubalense como centros europeus nesta indústria. Para este período, Martin Bruegel revela como há uma queda total das exportações de conservas de peixe em França, por proibição governamental, e um aumento brutal das importações em comparação com anos anteriores, chegando a atingir as 40 mil toneladas (Bruegel, 1997, p. 54). O especialista francês Jean-Christophe Fichou ao divulgar a ideia “*Comme les importations de sardines à l’huile espagnoles et portugaises s’accroissent de mois en mois, grevant le budget national déjà mis à mal, il convient de tout faire pour favoriser la production française*” (Fichou, 2005, p. 73) permite compreender como a França gerou uma clara dependência de conservas de peixe portuguesas e espanholas para alimentar as suas tropas em virtude da

produção insuficiente da sua rede nacional de conservas. Se a indústria conserveira espanhola entrou em crise e a congénere republicana aumentou extraordinariamente o consumo de conservas ibéricas, podemos concluir que o Algarve e Setúbal se tornaram centros europeus na venda deste produto. Como terá encarado o Estado este desenvolvimento do sector durante a guerra?

OS ARMAZÉNS GERAIS INDUSTRIAIS: INTERVENÇÃO ESTATAL DESNECESSÁRIA?

A criação dos Armazéns Gerais Industriais, “*bom exemplo da intervenção directa do Governo auxiliando o comércio nacional*” (Pires, 2011, p. 67-68) procurou reduzir os efeitos negativos do conflito, nomeadamente o fim das transacções com os alemães ou as dificuldades na importação de matérias-primas, nas indústrias alimentícias através de créditos estatais ou conservando as mercadorias depositadas. Imediatamente após o deflagrar da I Guerra Mundial o governo, a 18 de Agosto de 1914, criava os Armazéns Gerais Industriais ligados à indústria de conservas em Setúbal, Olhão e Portimão. Os seus principais objectivos passavam pela recepção e armazenamento de matérias-primas/produto final e por emitir títulos transmissíveis por *warrants* e endosso sobre as mercadorias.

No caso de Setúbal, a organização interna do Armazém Geral Industrial foi constituída pelo chefe de armazém Eduardo de Mariz Sarmiento, pelo amanuense Guilherme da Silva Vaz e pelo fiel de armazém Augusto César Cardoso (Portaria nº 218, *Diário do Governo*, I Série, 26.08.1914, p. 763). A tomada de posse ocorreu a 27 de Novembro num edifício cedido por um industrial pertencente à Associação Comercial e Industrial da cidade. No entanto, as dificuldades iniciaram-se de imediato, uma vez que os industriais se recusaram a pagar armazenagem já que tinham cedido o espaço, acabando por encerrar as fábricas como protesto (ADSTB, Fundo da C. M. de Setúbal, Correspondência expedida pelo Administrador do Concelho para o Governo Civil de Lisboa, Cx. 1288, Lv. 03, Ofício nº

159, 02.09.1914). Por seu turno, o governo não queria pagar o aluguer:

“*Afinal o governo mandou parar com as obras do armazém geral em Setúbal, alegando que lhe pediam pela casa uma renda demais elevada.*” (*O Trabalho*, 06.09.1914).

A *Folha de Setúbal* apreciou o esforço do governo para a criação do Armazém Geral Industrial pelo receio da quebra do comércio internacional, tão relevante para o equilíbrio económico deste sector.

“*Este centro industrial apenas produz artigos de exportação, e assim Setúbal, por motivo da situação anormal das nossas relações exteriores é mais gravemente afectada que qualquer cidade de Portugal*” (*Folha de Setúbal*, 30.08.1914, p. 3).

A preocupação da imprensa local com os efeitos do corte das relações comerciais internacionais, que podiam reduzir o consumo dos produtos setubalenses, acabou por ser em vão. O eng.º Luís Feliciano Marrecas estudando o impacto inicial da criação desta medida estatal, observou que as conservas portuguesas e, em particular, as setubalenses eram um artigo de alimentação de primeira ordem e que “*Posto isto, não admira que ainda se não tenha feito warrant algum e toda a mercadoria entrada até agora está unicamente sujeita ao regime de depósito mercantil*” (Ferreira, 1916, p. 17). Exceptuando em momentos particulares, nomeadamente quando faltavam as matérias-primas ou existiam conflitos laborais, nomeadamente greves ou *lock-outs*, desde de 1915 que a procura externa foi contínua e as exportações quotidianas.

Consultando o *Livro de Actas da Comissão Administrativa dos Armazéns Gerais Industriais*, observa-se que o nome de Setúbal está ausente até 1917. Apenas se encontram dois pedidos, na sessão de 30 de Agosto, da firma *Ferdinand Garrec & Companhia* e da *Costa & Carvalho* para que lhe sejam devolvidas quantias relativas a taxas de armazenagem (ANTT, Arquivo do Ministério do Comércio e Indústria, Caixa 49, NT 99, Livro de Actas da Comissão Administrativa dos Armazéns Gerais Industriais, p. 34). Neste livro, Setúbal apenas ganha peso com a requisição da firma

Alves da Silva, Lda. para se criar uma secção do armazém no Barreiro. Inicialmente vista com desconfiança pela ausência de fábricas na região, o pedido foi aceite já que o edifício foi cedido pelo industrial em causa, justificando o governo “a conveniência (...) em depositar as suas mercadorias no Barreiro, testa das linhas férreas do Sul e Sueste e porto de embarque, prestando-se por tais motivos a que ali se realizem com mais facilidade as operações dos seus produtos, que sofrem presentemente dos embaraços devido à deficiência de transportes” (Decreto nº 3.317, *Diário do Governo*, 27.08.1917, p. 1). Esta preocupação com os transportes permaneceu ao longo da Grande Guerra e a secção de fabricantes de conservas da Associação Comercial e Industrial várias vezes pediu auxílio à C.M.S. para intervir junto do governo (ADSTB, Fundo da C.M. de Setúbal, Correspondência Recebida pela Administração do Concelho de Setúbal, Cx. 161, Maço 14, Ofício nº 41, 25.01.1918).

Esta tentativa de intervenção estatal, ao contrário do que sucedeu em Olhão, cujo armazém teve uma intensa mobilidade entre 1915 e 1918 com mais de 500 *warrants* emitidos (Rodrigues, 1997, p. 150), revelou-se supérflua para os industriais conserveiros de Setúbal, levando à decisão de o encerrar na sessão de 31 de Maio de 1918.

“Por outro lado, tem-se reconhecido que o Armazém Geral Industrial de Setúbal é desnecessário pois que os industriais desta cidade o não utilizam.” (ANTT, Ministério do Comércio e Indústria, Caixa 49, NT 99, Livro de Actas da Comissão Administrativa dos Armazéns Gerais Industriais, p. 34).

Em perspectiva poderão ser três as justificações para esta inutilidade: 1º - pouca necessidade de recurso a crédito e outros apoios pela procura constante; 2º - o lançamento do Decreto nº 974, que obrigava a que existisse um exame prévio de toda a mercadoria para verificar se possuía alguma substância imprópria para consumo ou defeito (Decreto nº 974, *Diário do Governo*, I Série, nº 197, 26.10.1914, p. 2), o que impedia os industriais de colocar outros peixes nas conservas ou de não respeitar as regras de higiene; 3º - segundo o art.º 2 do Decreto nº 1972, o Armazém Geral

Industrial de Setúbal encontrava-se longe das fábricas, acarretando custos de transporte e pondo em risco a frescura do pescado, não possuindo o mesmo condições para albergar tanta mercadoria (Decreto nº 1972, *Diário do Governo*, I Série, nº 212, 19.10.1915). Este decreto permitia que os estabelecimentos industriais que possuíssem armazéns pudessem guardar os seus produtos, indo ao encontro dos valores apresentados por Paulo Guimarães relativos às construções de armazéns: 1916 - 11; 1917 - 10; 1918 - 25. A Associação Comercial e Industrial de Setúbal, no relatório que produziu imediatamente após o deflagrar do conflito, revela a previsão deste fracasso:

“Não nos iludamos. Os armazéns gerais não servem para coisa alguma, senão se providenciar quanto à facilidade prática dos descontos dos warrants” (Folha de Setúbal, 30.08.1914, p. 3).

LISBOA COMO PORTA DE SAÍDA: REDEFININDO NÍVEIS DE EXPORTAÇÃO

Importa agora redefinir o papel de Setúbal como capital portuguesa da indústria durante o conflito, lógica que tem sido colocada à margem na historiografia. Os historiadores locais, por ausência de estudos mais aprofundados, têm aceitado com facilidade os números relativos à exportação de conservas setubalenses. Recorrendo à palestra de Guilherme Faria, no final da década de 1940, observa-se o carácter arreigado deste argumento:

“Estando compreendida neste período a primeira guerra (isto poderá constituir, certamente, para muitos uma surpresa), verifica-se que o conflito mundial não influenciou de forma sensível, quanto a Setúbal, na exportação de conservas” (Faria, 1950, p. 26).

A estabilidade que Setúbal manteve ao longo de toda a década de 1910 - cuja média de exportação foi de 10 658 toneladas - e a contínua perda de importância no peso a nível nacional (em 1910 representava 59,4% do total, enquanto em 1919 apenas 19,7%) tem sido justificado, por um lado, pelo incremento industrial verificado nas diferentes regiões algarvias e, por

outro, pela pouca capacidade produtiva das pequenas unidades fabris setubalenses. É evidente que, seguindo leituras historiográficas sobre a reduzida dimensão das fábricas desta indústria, torna-se difícil aceitar outro tipo de hipóteses. Não obstante, se o número de fábricas de conservas em Setúbal triplicou, a manutenção equilibrada dos seus níveis de exportação deve ser questionada. Para reanalisar estes valores questiona-se: foi o porto de Setúbal um porto subsidiário de Lisboa?

Observando atentamente a tabela nº 2 notamos que o porto de Lisboa manteve uma exportação baixa de conservas de sardinha, entre 1910 e 1914, apresentando uma média de mil toneladas. Com o desenrolar da beligerância e o aumento das necessidades externas de consumo, chega a atingir mais de 16 mil toneladas. A questão pertinente nestes números – e que nos permite oferecer esta nova abordagem hipotética – é que Lisboa não teve um *boom* no número de estabelecimentos industriais conserveiros, mas antes o oposto. Enquanto o *Boletim Commercial* de Fevereiro de 1915 revela que Lisboa possuía 11 fábricas de conservas de peixe (Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 1915, p. 85), o *Boletim do Trabalho Industrial* nº 116, de 1917 contabiliza meramente 5 unidades fabris (Ministério do Trabalho – Direcção-Geral do Trabalho, 1917, p. 44).

São valores demasiadamente baixos para estes níveis de exportação. Não é de estranhar que, para 1916, José de Campos Pereira das 110 fábricas de conservas de peixe portuguesas saliente as 54 de Setúbal, as 17 de Olhão e as 13 de Lagos, não referindo Lisboa (Cabral, 1988, p. 214). A implantação da indústria conserveira deu-se na margem Sul do Tejo, com particular ênfase em Setúbal, e no Algarve, parecendo evidente que Lisboa exportava os produtos setubalenses.

Procurando fundamentar esta lógica, tome-se em atenção a criação dos Armazéns Gerais Industriais referidos anteriormente. Esta medida exigiu a instalação dos mesmos em Setúbal, Olhão e Portimão para conservas alimentícias e em Lisboa, Évora e Faro para o caso da indústria corticeira (Decreto nº 808, *Diário*

do Governo, nº 154, I Série, 28.08.1914). Porque razão o Governo não haveria de criar este estabelecimento para defender os interesses dos conserveiros instalados em Lisboa? Na portaria nº 218 encontra-se, aliás, a centralidade de Setúbal no sector uma vez que aqui ficaram as secções de depósito de Almada, Pederneira, Peniche, Cascais, Sesimbra e Santiago do Cacém (Portaria nº 212, *Diário do Governo*, nº 152, I Série, 26.08.1914). A verdade é que os números de fábricas em Lisboa não eram encarados pelo governo como preocupantes. Pelo contrário, importava proteger os dois centros portugueses da indústria conserveira: Setúbal e o Algarve.

De outro ponto de vista, o deputado setubalense Rogério Peres Claro (1921-2015), na IX Legislatura (1965-1969), produziu um conjunto de textos apresentados na Assembleia Nacional sobre o impacto económico local da taxa *ad valorem* com o intuito de lhe pôr um fim. Como se referiu, este imposto de 1% incidia sobre todos os produtos exportados pela barra de Setúbal era em prol do hospital da Misericórdia. Com o deflagrar da guerra e o incremento da importância do hospital na localidade – que passava por grandes dificuldades em reflexo do aumento demográfico verificado –, o deputado Ramos da Costa pediu um aumento de 0,5% em Fevereiro de 1917 (Costa, Ramos, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 26, 02.02.1917, p. 4). A Lei nº 695 de 23 de Maio de 1917 estabeleceu que a taxa *ad valorem* passaria de 1% a 1,5% sobre todos os produtos exportados, excepto o vinho (Lei nº 695, *Diário do Governo*, nº 81, I Série, 23.05.1917). Isto acabou por reduzir os lucros dos industriais conserveiros.

Na sessão de 8 de Março de 1966, o deputado propôs que ficava mais barato exportar nos portos de Lisboa e Douro/Leixões, investindo no transporte das mercadorias, do que pagando a taxa *ad valorem* em Setúbal, concluindo:

“Sempre que lhe é possível, a indústria estabelecida na região de Setúbal faz embarcar a sua produção no porto de Lisboa ou de Leixões, caso particular da indústria de conservas de peixe.” (Claro, 1970, p. 6).

Em nova intervenção, a 16 de Março de 1967,

referindo-se ao grande desenvolvimento da indústria conserveira por ocasião da Grande Guerra, assume que os conserveiros locais colaboraram com o município para o auxílio ao único hospital da cidade na época. No entanto, demonstra a ausência de racionalidade económica derivada desta decisão:

“Os tempos rodaram, a economia tornou-se uma ciência e homens de Setúbal começaram a notar que o ad valorem era, no fundo, uma solução antieconómica, porque impedia o desenvolvimento do porto.” (Claro, 1970, p. 12).

Esta taxa, juntamente com a percentagem em prol da reconstrução do porto de Setúbal, dificultavam o desenvolvimento do sector.

O porto de Setúbal, por sua vez, foi reduzido à condição de subsidiário de Lisboa ao longo de toda a I Guerra Mundial e, mesmo após a inauguração das obras que reestruturaram o porto de Setúbal, em 1930, esta dependência não terminou. O caminho-de-ferro, com várias carreiras diárias até ao Barreiro, ligava Setúbal a Lisboa e por aí seguiram toneladas de mercadorias. Exemplo claro transmite Francisco de Paula Leite, em 1918, para laranja:

“Dos centros exportadores de segunda classe, chamemos-lhe assim, ocupa Setúbal o primeiro lugar, se bem que muita da sua fruta se exporta pelo porto de Lisboa.” (Leite, 1918, p. 141).

Através destas lógicas, supõe-se que os valores de exportação de conservas de peixe de Lisboa pertencem, na realidade, a Setúbal e que a sua relevância - num contexto de economia de guerra e de necessidade externa de consumo de uma indústria que alimenta as tropas em combate - é bem maior do que o conhecido.

Para terminar, numa lógica de comparação interna entre os grandes centros conserveiros portugueses, Setúbal e o Algarve, José Pereira de Campos não tem dificuldades em destacar o primeiro como o «*empório do fabrico de conservas de peixe*» com as 85 fábricas nos finais de 1917, sublinhando como desde 1912 as suas fábricas já consumiam 45 mil caixas de folha-de-flandres, 240 mil quilos de estanho e 393 mil quilos de chumbo. Dos 16 000 operários empregues no sector,

o mesmo salienta que estariam 8 000 em Setúbal e 5 000 no Algarve (Pereira, 1919, p. 43-38). O insuspeito setubalense Guilherme Faria relata-nos que das 42 fábricas existentes em 1912 e as 46 contabilizadas em 1914, se chegou às 55 em 1916. Em números gerais expõe uma indústria local com 3 720 operários em 1912 e com 10 000 nas mais de 130 fábricas de 1920 (Faria, 1950, p. 22-27). Números, porém, exagerados, uma vez que o *Boletim do Trabalho Industrial* de 1917, produzido pelo Ministério das Finanças, apresenta 69 fábricas no início de 1917 com um universo de 4 900 operários (Ministério do Trabalho – Direcção-Geral do Trabalho, 1917, p. 19-70), permitindo compreender que o número apresentado agrega a indústria de pesca.

Os níveis de exportação de conservas de peixe, entre 1910 e 1920, de Faro (6 mil toneladas), Vila Real de Santo António (11 mil toneladas), Portimão (31 mil toneladas), Lagos (22 mil toneladas) e Olhão (30 mil toneladas) não alcançam os níveis de Setúbal (110 mil toneladas) sem entrarem os valores exportados por Lisboa entre 1917 e 1920 (perto de 63 mil toneladas), em grande parte pertencentes à cidade do rio Sado. Isto demonstra, naturalmente, o extraordinário peso centralizado da cidade setubalense a nível nacional e internacional.

Duarte Abecassis, um dos elementos que apoiou a reestruturação dos portos algarvios, defendeu que no distrito de Faro existiam 80 fábricas em 1917, realçando as 34 de Olhão e as 13 de Lagos, totalizando 7 800 operários (Rodrigues, 1997, p. 152). Joaquim Manuel Rodrigues, não obstante, observa esta obra de 1926 com a devida cautela, lembrando a ausência de suporte financeiro, as instalações improvisadas e o carácter familiar da indústria conserveira no Algarve, compreendendo com naturalidade a sua decadência depois do conflito. *“Lucros, muitos lucros! Fábricas, muitas novas fábricas! (...) Acabada a guerra, deu-se a queda vertical de todos os valores. E os lucros e as fortunas esvaíram-se em fumo...”* (Rodrigues, 1997, p. 172), um claro paralelismo com o que sucedia em Setúbal.

Em suma, o contexto de profundas necessidades externas de consumo e de euforia comercial tornou

a cidade à beira Sado num dos principais pontos de exportação da indústria de conservas de peixe da Europa Ocidental no mercado internacional durante um trágico período da História: “*Sob o impulso da outra grande guerra, Setúbal transformou-se na metrópole portuguesa da conservaria*” (Faria, 1949, p. 111).

Apenas a intensa conflituosidade social desta época, marcada por importantes greves que aliavam pescadores e operários conserveiros, ou a ausência de matérias-primas (e.g. folha-de-flandres ou sardinha) quebravam momentaneamente a fluidez da produção e da exportação.

Quadro 1 - Conservas de sardinha exportadas para os principais destinos (1910-1920) (Ton.). Fonte: Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, Estatística Comercial, Comércio e Navegação, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924; “Quadro nº 3 – Exportação nacional e nacionalizada, mercadorias por países de destino – Classe IV – Substâncias Alimentícias – Sardinha em Conservas”.

Anos	Alemanha	Bélgica	França	Inglaterra	Itália	Total dos países
1910	3.995.507	1.753.048	771.137	5.256.834	2.341.789	18.690.137
1911	3.852.188	1.942.033	2.526.954	7.237.328	3.305.947	23.141.301
1912	4.155.045	2.644.254	4.107.524	6.305.298	3.238.294	25.490.253
1913	3.956.695	2.219.496	2.449.440	7.463.787	2.693.094	24.554.509
1914	1.088.524	1.038.118	2.646.949	7.345.237	2.538.791	18.488.232
1915	815	64.377	11.586.767	6.543.808	3.457.818	25.269.185
1916	0	6.908	10.629.138	8.421.531	1.688.912	24.537.167
1917	0	7.305	16.350.110	8.918.849	4.315.745	31.530.457
1918	0	34.278	12.090.645	20.484.460	1.896.091	35.829.013
1919	21.717	5.385.632	12.180.576	1.955.006	12.557.471	39.737.378
1920	207.693	3.519.712	14.114.134	2.521.140	3.746.233	34.633.834
Total	17.278.184	18.615.161	89.453.374	82.453.278	41.780.185	301.901.466

Quadro 2 -Exportação de conserva de sardinha por circunscrição aduaneira (1910-1920) (Ton.). Fonte: Ministério das Finanças – Direcção Geral da Estatística – 2ª Repartição, Estatística Comercial, Comércio e Navegação, anos de 1910 a 1920, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912-1924; “Quadro nº 7: Classe IV – Substâncias Alimentícias/Sardinha em Conserva”.

Anos	Lisboa	Setúbal	Faro	VRSA	Portimão	Lagos	Olhão	Porto	Leixões
1910	986.631	11.103.096	273.357	838.472	1.673.441	1.898.524	987.160	639.929	286.370
1911	1.006.373	11.069.135	582.352	1.498.078	2.714.813	3.397.212	2.193.843	409.391	267.192
1912	1.447.394	11.966.131	695.175	860.934	3.169.752	3.267.790	3.204.609	500.289	370.218
1913	1.495.658	10.804.620	933.670	824.124	3.206.201	2.926.057	3.282.750	773.763	274.086
1914	1.047.743	8.347.746	826.068	658.845	2.677.440	1.843.143	2.581.028	342.403	158.830
1915	2.087.423	10.797.912	1.077.196	939.983	2.758.407	2.433.505	4.306.182	586.719	250.894
1916	3.998.373	11.301.267	675.699	509.082	3.179.110	1.287.742	2.263.953	733.521	561.504
1917	12.949.406	11.490.765	485.624	779.172	1.984.675	722.727	2.220.730	548.091	348.736
1918	16.671.853	11.359.452	252.002	1.001.017	1.673.497	1.505.021	2.630.522	473.830	312.428
1919	19.455.130	7.812.342	516.273	1.923.018	4.386.465	1.673.304	3.156.098	632.147	182.601
1920	16.737.407	4.693.785	443.288	1.600.729	4.400.114	1.682.159	4.134.390	585.671	339.490
Total	77.883.391	110.746.251	6.760.704	11.433.454	31.823.915	22.637.184	30.961.265	6.225.754	3.352.349

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)
Fundo do Ministério do Interior
Fundo do Governo Civil de Lisboa
Fundo do Ministério do Comércio e Indústria

Arquivo Distrital de Setúbal (ADSTB)
Fundo da Câmara Municipal de Setúbal

FONTES SECUNDÁRIAS

Associação dos Lojistas e Industriais de Setúbal (1898)
– *Relatório da Direcção – Gerência de 1898*. Setúbal:
Tipografia Mascarenhas.

Ministério das Finanças / Direcção Geral da Estatística
/ 2ª Repartição (1912-1924) – *Estatística Comercial,
Comércio e Navegação, anos de 1910 a 1920*. Lisboa:
Imprensa Nacional.

Ministério dos Negócios Estrangeiros / Direcção
Geral dos Negócios Comerciais e Consulares (1915)
– *Boletim Commercial*, IV. Lisboa: Associação
Commercial.

Ministério do Trabalho / Direcção-Geral do Trabalho
(1917) - *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 116 –
Estatística Industrial do ano de 1917. Lisboa: Imprensa
Nacional.

IMPRENSA

Folha de Setúbal
O Elmano
O Trabalho

LEGISLAÇÃO

Portaria nº 212, *Diário do Governo*, 26.08.1914
Portaria nº 218, *Diário do Governo*, 26.08.1914
Decreto nº 808, *Diário do Governo*, 28.08.1914
Decreto nº 974, *Diário do Governo*, 26.10.1914
Decreto nº 1.972, *Diário de Governo*, 19.10.1915
Lei nº 695, *Diário do Governo*, 23.05.1917
Decreto nº 3.317, *Diário do Governo*, 27.08.1917

DEBATES PARLAMENTARES

Costa, Ramos, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão
nº 26, 02.02.1917

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abeledo, L. M. (2006) - Technological change and gender division of labor in the canning industry. Different experiences on American Eastern and European Southwest Shores. *XIV International Economic*

History Congress. Helsínquia: IEHC.

Abreu, L. F. (2013) - The fish canning sector in Spain: Galicia, Vigo Estuary, 1900-2003. *Regional and Sectoral Economic Studies*, 13(2). Santiago de Compostela: Asociacion Euro-Americana de Estudios del Desarrollo Economico, p. 5-18.

Alcântara, A. (2004) - *A Indústria Conserveira em Setúbal, 1854-1914*. Relatório final de Licenciatura em História variante Arqueologia. Lisboa: FCSH-UNL.

Alcântara, A. (2008) - A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914). *Musa*. Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios, 3. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, p. 11-21.

Arranja, Á. (2011) - *Mataram Mariana: Dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura do Operariado-República em 1911*. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.

Barbosa, A. M. P. (1941) – *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*. Lisboa: Editorial Império.

Bruegel, M. (1997) - Du temps annuel au temps quotidien: la conserve appertisée à la conquête du marché, 1810-1920. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 44(1). Paris: Société d'Histoire Moderne et Contemporaine, p. 41-67.

Cabral, M. V. (1988) - *Portugal na Alvorada do Século XX – Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença.

Claro, R. P. (1970) - Para a História da Cidade de Setúbal: O que era a taxa “ad-valorem” - as intervenções do Deputado Peres Claro na Assembleia Nacional. Os seus escritos no Jornal “O Distrito de Setúbal”. *Separata da revista Cetóbriga*. Setúbal: Tipografia Rápida.

Costa, A. A.; Mouro, C. (1990) - Linhas de evolução da Indústria Conserveira em Setúbal. *Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, vol. 1. Setúbal: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal/ Fundação Calouste Gulbenkian, p. 17-44.

Costa, A. A. (2011) - *História e Cronologia de Setúbal: 1248-1926*. Setúbal: Estuário.

Costa, A. A. (2012) - Setúbal Republicana – quando as fábricas transbordavam de greves. In J. Dias Pereira, R. Varela e R. Noronha (eds.), *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Edições Colibri, p. 61-72.

Faria, C. V. (1990) - Setúbal – Cidade Industrial. *Setúbal na História*. Setúbal: LASA.

Faria, G. (1949) – *Guia de Setúbal: Turismo, Indústria e Comércio*. Setúbal: Tipografia Simões.

- Faria, G. (1950) – *Setúbal e a Indústria de Conservas*. Setúbal: Tipografia do Orfanato Municipal de Setúbal.
- Ferreira, A. J. F. (1949) – *As conservas enlatadas na alimentação das tropas em campanha*. Lisboa: Tipografia LCGG.
- Ferreira, L. (1916) – Relatório dos Serviços da 3ª Circunscção dos serviços técnicos da indústria no ano de 1914. *Boletim do Trabalho Industrial*, 107. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Fichou, J.-C. (2005) - La Grande Guerre et les Conserveurs de Sardines. *Guerres mondiales et conflits contemporains*, 219. France: Presses Universitaires de France, p.71-86.
- Guimarães, P. (1994) - A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX. *Análise Social*, vol. XXIX (127). Lisboa: ICS, p. 525-554.
- Leite, F. (1918) – *Os laranjais de Setúbal: sua cultura e economia*. Lisboa: Imprensa Lusitana de José Maria Júnior.
- Mata, M.^a E. (2009) - Managerial strategies in canning industries: A case study of early twentieth century Portugal. *Business History*, vol. 51(1). Oxford: Taylor & Francis, p. 45-58.
- Medina, João (1981) – Prefácio. In M.^a C. Quintas, S. Brites Chagas e É. A. Contreiras (coords.), *Greves, Sindicalismo: Setúbal 1910-13*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal.
- Parreira, H. (1938) – A evolução duma grande indústria. In J. L. Barros (coord.), *O Livro de Ouro das Conservas de Peixe Portuguesas*. Lisboa: Instituto Português das Conservas de Peixe.
- Pereira, J. (1919) - *Portugal Industrial: Características, Números e Comentários*. Lisboa: Livraria Profissional.
- Perestrello, C. (1931) – O futuro do porto de Setúbal como porto comercial, industrial e de pesca. In *I Congresso Nacional de Engenharia*. Lisboa: JAPS, p. 32-40.
- Pires, A. P. (2011) - *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Quintas, M.^a C. (1998) - *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária – 1880-1930*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rollo, M.^a F. (1991) - Industrialização. In J. Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal, Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI. Lisboa: Presença.
- Rodrigues, J. M. (1997) - *A indústria conservas de peixe no Algarve*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH/ UNL.
- Samara, M.^a A. (1998) - O Impacte Económico e Social da Primeira Guerra Mundial em Portugal. In Nuno Severiano Teixeira (coord.), *Portugal e a Guerra: História das intervenções portuguesas nos grandes conflitos mundiais (Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Salazar, O. (1953) – *Notas sobre a Indústria e o Comércio de Conservas de Peixe*. Lisboa: Astoria.
- Soares, J. (1989) - Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal de 1920 a 1930. *Movimento Cultural*, 4 (6). Setúbal: Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, p. 98-134.
- Valente, V. P. (1981) - Os Conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise Social*, vol. 17 (67-68). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p.615-678.

